

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.163 - SP (2019/0354876-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE BISSOLI DE ALMEIDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP414349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VALDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de VALDIVAN FERREIRA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravos em Execução n. 7002912-93.2019.8.26.0482).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais indeferiu pedido de progressão ao regime aberto.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. Entretanto, o Tribunal negou provimento ao recurso (e-STJ fls. 53/60).

Nesta oportunidade, a advocacia conveniada com a Defensoria Pública estadual alega que o Juiz da execução deve se pautar em elementos concretos, e não na gravidade abstrata do delito, para indeferir a progressão, sob pena de *bis in idem*.

Alerta que as faltas graves são reabilitadas com o tempo, em razão da vedação das penas perpétuas. Afirma que o apenado não tem falta disciplinar pendente de reabilitação e apresenta boa conduta carcerária.

Alega, ainda, que o executado já cumpriu mais de 2/3 de sua pena privativa de liberdade.

Por fim, sustenta que não há que falar em vivência anterior no regime intermediário para que seja concedido o regime mais brando.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, com isso, em liminar e no mérito, a progressão ao regime aberto em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Segundo o Tribunal e o Boletim Informativo do executado, há registro de faltas disciplinares, inclusive recente, o que deve ser melhor analisado no mérito.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator